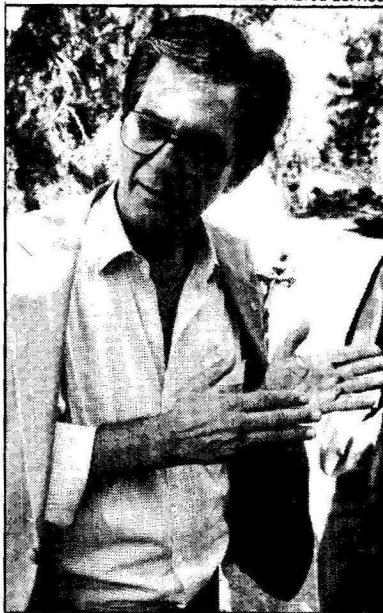


Partidos criam comissão para auditoria da dívida

JORNAL DE BRASÍLIA

Leandro Abreu 28.1.89



Arquivo 30.6.88



Ibsen (E) e Salomão querem saber como a dívida foi formada

O PMDB e o PDT estão disputando a paternidade da criação da comissão mista do Congresso Nacional que fará, com amplos poderes e o auxílio do Tribunal de Contas da União, uma auditoria da dívida externa brasileira. Os líderes do PMDB no Senado e na Câmara, senador Ronan Tito e deputado Ibsen Pinheiro, requereram ontem, formalmente, ao presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, a criação da comissão. Pouco depois, a liderança do PDT distribuiu nota informando que o deputado Luiz Salomão apresentou à mesa do Congresso um requerimento com mais de 200 assinaturas propondo a instalação imediata da comissão mista. Ele, inclusive, já recebeu despacho favorável de Nelson Carneiro.

A criação da comissão mista para auditar a dívida externa é uma determinação, que estabeleceu em suas disposições transitórias o prazo de um ano para a sua instalação. A expectativa nas coordenações de quase todas as candidaturas presidenciais é de que a dívida externa será um dos principais temas da campanha eleitoral.

Daí suas assessorias estarem trabalhando ativamente, elaborando propostas e argumentos para os debates.

Independência

O comando do PMDB, a partir

do seu afastamento da ala governista do partido concretizado com o registro de duas chapas para a disputa do diretório nacional, está buscando recuperar o tempo perdido com sua vinculação ao Executi-

vo, está orientando suas lideranças a exercitarem na prática uma política de independência em relação ao governo José Sarney. A questão da dívida externa, com sua ampla repercussão interna e externa, é um dos temas prediletos dessa nova orientação e será tratada com destaque na convenção nacional do partido.

A comissão mista, com os mesmos poderes de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, terá como objetivo o "exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo", conforme estabelece o Artigo 26 das disposições transitórias da Constituição. Caso apure irregularidades, o Congresso Nacional poderá propor ao Executivo a declaração da nulidade do ato, além de promover na Justiça a responsabilização penal de seus autores.

O deputado Ibsen Pinheiro, em entrevista, declarou que a comissão não se limitará à perícia da dívida externa, atuando com maior abrangência, examinando inclusive os atuais acordos firmados no ano passado pelo ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda.